

AVISO ADMINISTRATIVO

**EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
| ART. 74, I, DA LEI N. 14.133/2021**

Trata-se de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação conduzido no Processo Sei n. 006027/2023/TCE-RO, com fundamento no **art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021**, visando à contratação da empresa **OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA**, inscrita no CNPJ n. 09.094.300/0001-51, visando à aquisição de assinaturas anuais do Sistema Web Gestão Tributária, com acessos simultâneos e irrestritos por meio do endereço eletrônico <https://www.gestaotributaria.com.br>, que fornece conteúdo especializado na área tributária através de notícias, artigos, legislação e vídeos, além de ferramenta online de consulta das retenções na fonte do INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS - Imposto Sobre Serviços, denominado GT-Fácil

Os autos foram instruídos pela unidade interessada com os artefatos necessários a embasar a presente contratação (estudo técnico preliminar e termo de referência). Verifica-se que o termo de referência foi objeto de análise pela Divisão de Planejamento e Licitações (DPL), consoante Análise TR/PB dos referidos autos, a partir da qual atestou-se que este atende aos requisitos formais necessários. Isto posto, na mesma oportunidade foi inserta manifestação da Secretária de Licitações e Contratos na qual aprovou o respectivo termo de referência, pela competência concedida por meio do Art. 1º, I, da [Portaria n. 349, de 2 de setembro de 2022](#), publicada no [DOeTCE-RO n. 2670, ano XII, de 6 de setembro de 2022](#).

Por meio da Instrução de Inexigibilidade - Contratação Direta n. 47/2023/DPL, a DPL apresentou os aspectos legais referentes à contratação direta por inexigibilidade de licitação, sobretudo quanto à justificativa do preço ofertado. Ao final, opinou pela viabilidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral do Estado que atua junto a esta Corte de Contas (PGETC) exarou o Parecer n. 125/2023/PGE/PGETC, a partir do qual opinou pela viabilidade jurídica da contratação nos moldes mencionados, condicionando a conformidade ao saneamento de determinadas pendências instrutórias na oportunidade apontadas, o que restou devidamente atendido, conforme atestado por esta Secretaria-Geral de Administração nesta oportunidade.

Assim, foram submetidos os autos a esta Secretaria-Geral de Administração para deliberação final quanto à autorização da despesa no valor de **R\$ 10.788,00 (dez mil setecentos e oitenta e oito reais)** e quanto à contratação direta em epígrafe, tendo em vista a fundamentação, a justificativa de preços e os documentos de habilitação exigidos para a contratação.

É o relatório.

Diante da evidenciada impossibilidade de disputa, uma vez que o objeto consiste na contratação de serviço que só pode ser fornecido por empresa exclusiva, foi instaurado o procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, devidamente instruído em atenção aos requisitos legais dispostos no Art. 72, quais sejam:

- I - **documento** de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [Art. 23 da Lei](#);
- III - **parecer jurídico** e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - **demonstração** da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - **comprovação** de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - **razão** da escolha do contratado;
- VII - **justificativa de preço**;
- VIII - **autorização da autoridade competente**.

No presente caso, denota-se que a inviabilidade de competição advém da exclusividade da OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA na prestação do serviço de fornecimento das assinaturas em questão, uma vez detentora titular dos direitos autorais e comerciais.

Em análise à documentação processual, afere-se que os requisitos para a contratação por inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a contratação pretendida encontra devido fundamento nos termos do Art. 74, I, c/c §1º, da Lei n. 14.133/2021, que dispõe, *in verbis*:

Lei n. 14.133, de 2021

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Depreende-se da instrução processual que a empresa mencionada apresentou os documentos hábeis ao cumprimento dos requisitos atinentes à habilitação exigida.

Ademais, constatada a ausência de previsão da despesa no Plano Anual de Contratações 2023, foi consignada nos autos de gestão do PAC 2023 (000933/2023/TCE-RO) a devida autorização da inclusão da despesa no Plano Anual, por meio da Informação n. 417/2023/SGA, informação esta que futuramente deverá integrar nova versão do PAC a ser publicizada, juntamente com eventuais novas demandas que sobrevierem, demonstrando a existência de previsão orçamentária e financeira necessária à garantia do pagamento da obrigação no presente exercício, estando, portanto, adequada às projeções de despesa contempladas no Plano Plurianual – PPA.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA**, com fundamento no [Art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021](#), e amparo do Art. 1º, II, alínea "d", 2, da [Portaria n. 11/GABPRES, de 02 de setembro de 2022](#), a contratação direta da empresa **OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA** inscrita no CNPJ n. 09.094.300/0001-51.

Porto Velho, datado e assinado eletronicamente.

CLEICE DE PONTES BERNARDO
Secretária-Geral de Administração



Documento assinado eletronicamente por **CLEICE DE PONTES BERNARDO, Secretária Geral**, em 22/12/2023, às 14:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0628324** e o código CRC **EF5EDE53**.

Referência: Processo nº 004318/2023

SEI nº 0628324

AV Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6936096200